

Reflexões sobre a Avaliação de Teses e Dissertações

VICENTE DE PAULO CARVALHO MADEIRA

Prof. Dr. do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Petrópolis - UCP e Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação da Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO

Recebimento: 30 de outubro de 2003

Aprovação: 20 de novembro de 2003

Resumo: Este artigo se propõe a socializar uma experiência docente de avaliação de teses de doutorado e dissertações de mestrado. Tem-se como pano de fundo a crítica da avaliação como mecanismo ideológico de reprodução do poder e a preocupação de evitar-se o arbítrio acadêmico. Propõe-se a tomada em consideração das teses e dissertações, em suas defesas e apresentações públicas, no cotidiano dos programas de pós-graduação, como um elemento essencial para a verificação da relação do “produto” obtido com o “processo” de construção social do conhecimento, no ensino-aprendizagem específico do nível de pós-graduação.

Palavras-chave: avaliação; pós-graduação; tese de doutorado; dissertação de mestrado.

Abstract: This article proposes socializing a teaching experience for evaluation of Doctorate Theses and Master's Dissertations. It has as a background the criticism of the evaluation practice as an ideological mechanism for power perpetuation and the concern to avoid academic arbitrary attitudes. It proposes to take into consideration the theses and dissertations, in their public presentations, in daily tasks in graduate programs, as an essential element for verifying the relation between the “product” obtained with the “process” of social building of knowledge, in the specific teaching-learning at the graduate level.

Key-words: Evaluation; Graduate Programs; Doctoral Dissertations; Master's Theses.

Introdução

Não é difícil constatar que se perdem oportunidades de avaliação do processo educacional no seu desenvolvimento cotidiano, na prática pedagógica e na atividade acadêmica. Atribui-se, facilmente, à avaliação uma concepção burocrática de formulário a preencher, quase sempre vinculado a uma “nota”, mesmo quando disfarçada em “conceito”. Do mesmo modo que, no ensino de disciplinas, reduz-se a avaliação a provas de aferição de conhecimentos, preferencialmente às chamadas “objetivas”, a avaliação institucional para muitos se torna um “relatório”,

numa retomada de uma herança cultural burocrática e cartorial, com as conotações judiciais do direito administrativo e processual.

Partindo-se deste ponto, a avaliação é rígida como mecanismo de poder, na estrutura jurídico-política e ideológica, pelo qual a “autoridade” que pode, julga os que apenas têm que se submeter – “súditos”. Curiosamente, como parte do aparelho ideológico do estado, a avaliação passa a ser um mecanismo poderoso de sutil reprodução garantida e assegurada, sem o recurso à força coercitiva. A legitimação é buscada na resignação do avaliado. Ao invés de se ter a avaliação como um mecanismo interno do processo educacional de conscientização, socialização, politização e compromisso histórico, faz-se dela um instrumento de controle externo e formal, obtendo-se, inclusive o maior assentimento das partes envolvidas.

Depois das consideradas bem sucedidas avaliações da CAPES, em que se selam os pactos dos grupos hegemônicos da comunidade acadêmica, nos “rankings” dos programas de pós-graduação, passou-se a investir na avaliação do ensino superior e do ensino médio. A ótica, porém, é sempre a mesma. O que vale são os dados recolhidos por um sistema eletrônico ou os resultados de provas feitas fora da dinâmica própria dos cursos. No fundo não se promove qualquer renovação e não se atingem as causas das distorções da avaliação e de suas aplicações. Os fundamentos epistemológicos da avaliação não são tocados e os modelos são apreciados sob enfoque técnico e metodológico, mas não passam por uma crítica teórica que desvele seus aspectos políticos encobertos na teia dos interesses em jogo.

Neste artigo, propõe-se a tomada em consideração das teses e dissertações, em suas defesas e apresentações públicas, no cotidiano dos programas de pós-graduação, como um elemento essencial para a verificação da relação do “produto” obtido com o “processo” de construção social do conhecimento, no ensino-aprendizagem específico do nível de pós-graduação.¹

1. O que é mesmo uma tese ou uma dissertação?

1.1. À busca de uma clareza conceitual

Quanto tempo e quanta energia se empregam na elaboração, formulação, análise e avaliação de dissertações de mestrado, teses de doutorado e até de monografias de especialização, sem que este esforço repercuta sobre o aperfeiçoamento do processo de formação ou do desempenho do sistema, mas constituindo-se em atos isolados da prática dos cursos ou programas! É procedente perguntar

¹ Agradeço a colegas de mais de dez instituições que participaram comigo deste esforço, no trabalho de tantas bancas de dissertação e tese, e que me estimularam a elaborar este artigo para socializar a experiência e provocar o debate, não obstante os riscos de variadas reações.

em que as defesas de teses e apresentações de dissertações têm ajudado à avaliação autocrítica dos programas, no tocante ao processo de formação de mestres e doutores, ou no que diz respeito ao tipo de orientação sob a qual são produzidas ou, ainda, no que se refere à relevância social, teórica e histórico-política das temáticas ou dos objetos tratados.

Todos nós, um dia, nos perguntamos sobre o que se esperava de nossa própria dissertação ou tese. Queríamos adequá-la às expectativas dos avaliadores, a seus critérios, aos parâmetros do programa, aos padrões da cultura acadêmica da instituição e aos perfis estabelecidos para a obtenção do título em questão. Marchamos para a “banca” sem ter muito claro o que seria exigido pelos avaliadores individualmente e coletivamente e terminamos percebendo que possivelmente também da parte dos avaliadores esta clareza não existia. Sabíamos que estávamos à mercê de um poder acadêmico relativamente arbitrário ou pouco controlado. As normas não pareciam bem definidas. O que merece o elogio de um, recebe a crítica do outro. Por outro lado, freqüentemente, compõem-se comissões de avaliação ou bancas que são feitas para “ações entre amigos”. Amigos do orientador e amigos do orientando, assegurando-se um resultado favorável para o trabalho em análise.

Há uma questão fundamental que se tem colocado mesmo no âmbito de alguns colegiados de programas, às vezes constrangidos em verem as pressões de orientadores para obterem a melhor avaliação do trabalho de seus orientandos no que se sentem implicados. Pergunta-se, então, o que se pode fazer, de concreto, para se dar uma objetividade maior ao “julgamento” (francês: jury) da produção mais essencial de nossos cursos e programas de pós-graduação?

A questão preliminar que se coloca, porém, é a conceituação teórica da natureza de uma monografia, de uma dissertação e de uma tese, para se esclarecer o perfil e os padrões de sua formulação e de sua elaboração, para se distinguirem critérios e parâmetros. O nível de exigência de cada trabalho se define pela sua natureza. Não são a mesma coisa um relatório técnico e um romance, se bem que os dois gêneros tenham sua utilidade e importância e possam ser realizados com maior ou menor excelência, na sua especificidade. A falta de uma definição mais clara do objeto avaliado traz uma inconsistência para a sua avaliação.

Não se trata de uma conceituação teórica fora da realidade histórica ou dos fatos em sua “acontecência”. Atualmente, por exemplo, os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC - passam a fazer parte dos projetos pedagógicos de quase

O que se pode fazer, de concreto, para se dar uma objetividade maior ao “julgamento” (francês: jury) da produção mais essencial de nossos cursos e programas de pós-graduação?

todas as graduações, introduzindo-se um elemento importante na formação acadêmica das novas gerações de profissionais. Com isto, objetiva-se dar ao aluno uma oportunidade de elaboração pessoal sobre um tema, ao mesmo tempo em que ele aprende a formular, seguindo a disciplina do texto escrito, seu pensamento, observações, análises, críticas e sínteses pessoais. Nisto se aprendem as normas de apresentação de um trabalho científico, amplia-se a base de conhecimentos adquirida nas disciplinas dos cursos e, sobretudo, vivencia-se a experiência de um contato direto com as fontes de atualização do conhecimento científico, na área específica.

Os Trabalhos de Conclusão de Cursos de graduação apresentam uma riqueza antes não valorizada e constituem-se, geralmente, na primeira experiência acadêmica de produção intelectual sistemática. Por esta influência, esperar-se-ia que tanto o nível das monografias de especialização como o das dissertações de mestrado viessem a redefinir-se em novos patamares. Os antigos cursos de mestrado e doutorado passariam a se situar na totalidade de um programa que buscaria na própria graduação a base de uma linha de continuidade, com terminalidades específicas mas com integração até a seu ponto mais alto.

Não sem alguma relação, o Trabalho de Conclusão de Curso se introduz na prática acadêmica, numa época em que o programa de iniciação científica afirmou-se como um mecanismo bem sucedido de formação científica dos estudantes da graduação que se sentiam postergados pelas prioridades historicamente conferidas à pós-graduação.

A monografia de especialização², por sua vez, define-se como um texto escrito, de caráter científico, no qual o pós-graduando revela a sua opção por uma determinada problemática de estudo e de pesquisa, demonstrando as linhas ou tendências para o posterior tratamento do tema. Este trabalho caracteriza-se como um exercício didático de iniciação em uma área específica do universo científico.

A dissertação de mestrado aparece, neste contexto que historicamente já não é mais o mesmo dos anos sessenta e setenta, como um trabalho monográfico escrito, de caráter acadêmico e científico, no qual o pós-graduando demonstra sua habilidade e aptidão na identificação e escolha de um problema de pesquisa, situado em uma problemática teórico-empírica mais ampla, e no seu tratamento com adequação metodológica e correção técnica de apresentação. A dissertação de mestrado caracteriza-se como um exercício (do latim: exercitatio) didático-metodológico de análise, de interpretação e de síntese introdutórias, no aprofundamento de um problema específico de uma área da ciência e de interfaces

2 Passo a utilizar o texto de um estudo que apresentei ao Colegiado que presidia quando Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação – Especialização, Mestrado e Doutorado, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

com outras áreas do conhecimento, com suas próprias aplicações no campo do ensino. Ela resulta de um trabalho de pesquisa ou de uma revisão ou recapitulação metódica, analítica e interpretativa de um tema ou problema único e bem delimitado em sua extensão e em sua profundidade, revelando, por parte do pós-graduando, o conhecimento de literatura pertinente, ainda que de modo não exaustivo, e sua capacidade de sistematização, de análise e de síntese.

Por fim, a tese de doutorado aparece no cenário acadêmico de hoje com sua especificidade de um trabalho de aprofundamento teórico-metodológico de um tema, através do tratamento rigoroso de um problema, com contribuição pessoal e original para o avanço ou progresso do conhecimento, em uma determinada área. Caracteriza-se como resultado de um trabalho amadurecido e aprofundado de pesquisa teórica ou experimental. Implica em um trabalho pessoal desenvolvido com maturidade acadêmica e com autonomia intelectual, constituindo-se em

real contribuição para o conhecimento de um problema ou de uma questão, seu aprofundamento e seu avanço. Para o avanço ou progresso em uma área do conhecimento, a tese de doutorado supõe um trabalho de revisão ou recapitulação metódica, analítica e interpretativa da produção científica sobre um tema ou problema, revelando, por parte do pós-graduando, o conhecimento o mais exaustivo possível da literatura pertinente, e sua capacidade de sistematização, de transferência e aplicação, em níveis de exigências que superam aqueles de um simples mestrado, pois neste se trata de preparar um mestre para a docência, enquanto que no doutorado se prepara o pesquisador, ainda que não exista ensino sem pesquisa.

Quando o sistema nacional de pós-graduação era incipiente no Brasil, corria-se o risco de exigir-se de simples dissertações as características de uma tese. Falava-se, como em nenhum outro lugar do mundo, em “tese de mestrado”. As apresentações das dissertações, quando em países anglofones já nem as teses doutorais tinham que ser submetidas em sessão pública (“publice sustinet”, na tradição clássica), no Brasil eram ditas defesas públicas de “teses de mestrado”. Os examinadores, por uma via projetiva, passavam a ver nas dissertações algo parecido com as suas teses de doutoramento. Esta tendência levava a um desvio pelo qual as dissertações excediam ao requerido de uma produção neste nível e mais se aproximavam confusamente de um trabalho doutoral, sem chegar a este patamar. Terminavam não sendo o que deveriam ser nem chegando a ser o que confusamen-

A falta de critérios definidos para a avaliação transforma esta tarefa num exercício particularmente opinativo, sem objetividade, ou mesmo com interferência de idiosincrasias.

te pretendiam. E o nosso “mestrado” passava a não ter correspondente no quadro comparativo da pós-graduação mundial, até porque se davam dois anos, em média, para a elaboração e formulação de dissertações, depois de dois anos de “créditos” em disciplinas que reproduziam a escolaridade da graduação, como que num esforço de recuperação.

Apesar disto, releva notar que a pós-graduação brasileira daquele período foi fecunda, com uma produção acadêmica que honra nossa história educacional. Houve até dissertações apresentadas que se tornaram obras de referência, o que influenciou o surgimento de outro viés, quando se passou a ver na elaboração de dissertação a preparação de um livro, pois esta produção intelectual passou a ser difundida pela rede emergente de editoras.

Esta confusão ainda paira sobre o processo de elaboração de teses e dissertações. Muita gente quer fazer de sua tese um livro ou do seu livro uma tese. Ora, nem todo livro é tese, nem toda tese é livro. Um excelente livro pode não ser uma boa tese, assim como uma excelente tese pode não ser aceita como um bom livro. É muito comum que as “bancas” indiquem para publicação em artigos ou livros as teses ou dissertações aprovadas, mas isto supõe que seja dado o tratamento devido ao texto para publicação em forma de livro.

A experiência mostrou que à medida em que os programas de pós-graduação foram se desenvolvendo, o surgimento dos doutorados trouxe para este nível rigores, por vezes, anteriormente atribuídos ao nível de mestrado. Destacou-se a especificidade própria de ambos e sua relação. Em algumas áreas, avançou-se também no sentido da terminalidade e da continuidade do processo formativo, na preparação para a docência que parece ser o objetivo do mestrado e na preparação para a pesquisa que parece ser o objetivo do doutorado, apesar das conotações polêmicas da distinção.

Hoje, com os mestrados reduzidos a dois anos e até menos, sem se ter feito uma crítica dos pressupostos epistemológicos do processo de pós-graduação vigente, insiste-se e persiste-se em reproduzir o antigo modelo no qual foram formadas as primeiras gerações do sistema e corre-se o risco inverso de aproximar-se a qualidade das dissertações de mestrado da qualidade das monografias de especialização e a qualidade das teses de doutorado da qualidade das dissertações de mestrado.

No cenário da produção acadêmica gerada na pós-graduação, vem se desenvolvendo o gênero do “memorial” que se distingue do “memoire” do sistema francês. Concursos e processos de seleção e de avaliação vêm cada vez mais requerendo um texto chamado de “memorial” que apresenta as características de uma elaboração em que a trajetória evolutiva do indivíduo é tornada objeto de uma reflexão e de uma crítica pessoal, até a constituir-se em uma síntese de um desenvolvimento evolutivo. Registra-se a riqueza deste instrumento que tem tido reflexos nas introduções e apresentações de teses.

Depois de uma visão clara da natureza e da produção de cada trabalho, da especialização ao doutorado, para se terem critérios, parâmetros, padrões e perfis definidos de uma avaliação mais objetiva, a primeira dificuldade que parece isolar o trabalho dos avaliadores de teses e dissertações da totalidade avaliativa do processo acadêmico é a característica subjetividade.

1.2. Uma visão autocrítica de avaliador

Pode acontecer que, na avaliação de trabalhos analisados sob a ótica do examinador, se perca totalmente de vista o que o examinado pretendeu fazer. É como se cada tese ou dissertação que se examina devesse se enquadrar no modelo do membro da banca que julga sob o critério de sua própria competência.

Nestes quase vinte e cinco anos de experiência em bancas, na interação com os colegas com quem repartimos a responsabilidade difícil de avaliar teses e dissertações, percebi que todos queremos superar aquela imagem caricata de julgadores exercendo um poder sobre o examinando “in-defeso”, sobre quem se projetariam inconscientemente as nossas próprias frustrações. Mas, senti também, muitas vezes, na minha própria autocrítica, que a falta de critérios definidos para a avaliação transforma esta tarefa num exercício particularmente opinativo, sem objetividade, ou mesmo com interferência de idiossincrasias. Pode ocorrer, em defesas de tese e em apresentações de dissertações, que a intervenção de examinadores pareça mais voltada para a tese ou dissertação que seria a sua do que para o objeto que deveria analisar e avaliar. Também, é humano e natural que possa o examinador erigir em norma suas próprias opiniões ou até que desvalori-ze o trabalho pelo fato de um livro ou artigo seu não ter sido citado. Situação extrema ainda se pode verificar, naqueles acertos de conta, quando examinadores escolhem como arena de suas contendas pessoais ou teóricas o ambiente de uma defesa de tese.

Esperar-se-ia da avaliação de uma tese que se dirigisse antes de tudo para a validade, ou para a atualidade e a relevância teórica da proposta. Eventualmente, porém, a análise de teses ou de dissertações pode perder-se até em detalhes de correção gramatical, ortográfica ou sintática, e de normas de apresentação, fazendo-se apelo às mutáveis regras da ABNT, como se a forma se sobrepujasse ao conteúdo. Em outras situações, ao contrário, prevalece a perspectiva conteudística em que só se percebem aspectos relativos a dados, informações e conhecimentos estocados, sem uma visão dinâmica e processual da construção coletiva e histórica do saber. A totalidade do texto é descurada, para o tributo à ilustração e à erudição. Isto se tem em consequência, também, da falta do definidor do objeto em questão, como se viu anteriormente. Certamente, uma avaliação requer estar orientada por critérios bem definidos e dispostos em uma linha de prioridade, na análise em questão.

Todos nós examinadores sabemos que nossa atuação como membro das bancas passa, geralmente, por uma atenciosa avaliação informal de uma assistência de pós-graduandos e pós-graduados que, avaliando-se os avaliadores, percebem

Nem sempre nós avaliadores seríamos capazes de explicitar os itens e os critérios da avaliação que fazemos, até porque freqüentemente confundimos uns com outros.

sempre quando o texto foi bem lido, mal lido ou não lido. As reações se demonstram, sobretudo, quando algum avaliador aproveita a ocasião para fazer sua própria apresentação ou demonstração, ao invés de debruçar-se sobre o trabalho para cujo exame recebeu uma delegação de competência de um colegiado. O mais grave é quando se tem a discussão de dois membros de banca discordantes não da posição da tese em análise, mas de suas posições pessoais.

Ocorre também que bancas de defesa de tese ou de apresentação de dissertação tendam a se tornar um conjunto de conferências ou exposições, menos do que uma avaliação objetiva de um trabalho apresentado. Não se nega que a presença de eminentes acadêmicos em uma mesa possa render o resultado de uma profunda discussão de um tema, mas, na ocasião, o que define a exposição não são as obras e a competência dos examinadores, mas a elaboração e a formulação submetida pelo examinado.

Todos estes desvios e falhas podem ser superados com o esforço que cada vez mais se difunde de uma reflexão crítica da prática acadêmica de avaliação de teses e dissertações. Avaliação também se aprende, mesmo que de teses e dissertações. E como diziam os romanos, “errando discitur”.

2. Avaliação contextual

Um texto se compreende e se avalia no seu contexto. Mas a complexidade de um contexto não se esgota em uma única dimensão. Preliminarmente, considera-se a contextualização pessoal do autor ou dos autores, com as injunções de suas histórias de vida. Há uma contextualização histórica e sócio-política do meio em que se produz a tese ou dissertação. Há, ainda, uma contextualização institucional do ambiente acadêmico, do programa, da universidade. O documento que se tem a avaliar é um produto de um processo mais amplo e mais rico, envolvendo múltiplos atores e papéis.

Então se chega à contextualização que vai dar a “medida” da atualidade e da relevância do trabalho. Já se disse que cada tempo tem sua verdade. O adágio pretende ressaltar a importância do conhecimento em cada fase da evolução humana. Aqui, toma-se a citação para ressaltar a validade histórica do emprego de

um esforço intelectual sobre um determinado objeto. Não se trata de um pragmatismo utilitarista, mas de uma objetividade concreta ou realista. A expressão “sexo dos anjos” ficou marcada como a sinalização de algo “com o qual ou sem o qual tudo fica tal e qual”. A atualidade e relevância da abordagem de um tema indicam a sua contribuição efetiva e eficaz na criação e na produção da história.

Aqui se atinge a um ponto central da avaliação de uma tese: a sua contextualização teórica. A elaboração e a formulação apresentadas no documento escrito devem ser situadas e localizadas no conjunto teórico em que se inserem. Aí se vê se há lugar para a nova tese no cenário do conhecimento. Ao menos três situações podem ocorrer: a) primeiro, o trabalho se

Infelizmente, constata-se, facilmente que muitos de nós somos improvisados em avaliadores.

destaca com uma contribuição especial no quadro teórico do conhecimento sobre o tema; b) segundo, o trabalho não inova mas recupera criativamente elementos do acervo teórico já incorporado, dando-lhe alguma aplicação b) terceiro, o trabalho nada acrescenta, apenas replica ou repete o que já foi construído na matéria.

Muitas vezes, nós membros convidados para as bancas trazemos de nossos programas determinados padrões que julgamos como se fossem critérios e procuramos aplicar, sem nenhum conhecimento do ambiente em que se situa a produção em questão. Resulta daí a aberração pela qual num mesmo programa e numa mesma semana duas avaliações sejam totalmente diferentes, ficando sempre alguém penalizado pelo equívoco. Faltou a contextualização do objeto produzido no ambiente local da produção.

Contextualmente, a avaliação deveria ser global. Nada escaparia à análise da avaliação da tese e da dissertação. Avaliar-se-iam orientadores e orientandos, mas também a proposta do curso ou programa; qual o nível de consecução dos objetivos, atingindo-se os perfis visados; a contribuição das atividades curriculares nem sempre estruturadas de acordo com linhas de pesquisa proclamadas em que se deveriam produzir as teses; a interação docente e discente; a produção realizada no “processo” formativo e sinalizada no “produto” final, etc.

De tudo isto, ressalta-se a necessidade de critérios universais e objetivos na competente e justa avaliação de teses e dissertações, evitando-se os traumas que marcam tantas histórias de vida acadêmica e propiciando-se a qualidade e excelência do processo avaliativo.

Resulta, também, destas colocações a possibilidade de revisão. Com efeito, o avaliador não se acredita perfeito e, por isso, aceita de bom grado que sua

apreciação possa se submeter a uma revisão, se for o caso, sem nenhum constrangimento defensivo. O princípio da possibilidade de reavaliação só tem vantagens para o avaliador que terá a confirmação de seu ato, se acertado, ou a correção de uma falha sua, o que o poupará de cometer uma injustiça involuntária.

3. A busca da objetividade na avaliação de teses e dissertações

Nem sempre nós avaliadores seríamos capazes de explicitar os itens e os critérios da avaliação que fazemos, até porque freqüentemente confundimos uns com outros. No exercício do poder de avaliar, na subjetividade das impressões e observações pessoais confundidas com análises, nós exercitamos o arbítrio sobre os outros. Infelizmente, a experiência pessoal de também termos sido objeto e vítimas deste exercício de poder só reforça, em alguns, a convicção da ideologia meritocrática de que “uns é que sabem e outros é que sofrem”.

Há alguns anos, venho aplicando nas avaliações de teses e dissertações de que participo uma espécie de “gabarito” que me dê maior segurança de não estar reproduzindo academicamente os arbítrios de nossa cultura autoritária. De fato, este foi é um hábito que trago de meus tempos de colégio, quando utilizava uma ficha para o acompanhamento dos discursos ou conferências a que assistia. Quase cinquenta anos depois, retomei este tipo de instrumento, agora recriado com uma outra perspectiva que a experiência acadêmica me confere, em instituições do nordeste, do centro-oeste, do sudeste e do sul do Brasil. Tive a oportunidade de experimentar a proposta não só na área da educação, mas também em algumas outras áreas, em uma delas sem a participação na banca.

Parto da convicção de que já está no tempo de superar a consideração das apresentações de dissertação e defesas de teses como rito de passagem a ser sofrido na submissão a uma pretensa superioridade de quem acolhe o iniciado do alto de uma suposta sabedoria ou pelo menos suposta competência. Sugere-se que se considere a ocasião como uma sessão de trabalho, espécie de seminário, em que o candidato ao título recebe uma crítica e orientação coletiva de um grupo de docentes-pesquisadores daquela área ou de áreas afins, para conclusão de seu processo formativo. Assim, substituir-se-ia o caráter ritual de seriedade e rigor que causaram tantos “traumas”, pelo caráter produtivo de uma síntese conclusiva da formação de novos mestres e doutores. Isto se justifica ainda mais hoje, quando se sabe que está se tornando praxe nos programas submeter-se à apresentação ou defesa as dissertações e teses já analisadas e reconhecidas previamente em condições positivas para a avaliação final.

Este roteiro de análise é uma preocupação quase didática ou talvez até “escolástica”, como disse um colega em uma banca de doutorado no programa de

antropologia da Universidade de Brasília. Inicialmente, exponho o decálogo dos itens de avaliação. Em seguida enuncio os critérios que se incluem em cada item. Para facilitar, elaboro quesitos ou questões que correspondam ou explicitem cada critério. Em terceiro lugar, faço um esforço para objetivar em que nível de uma escala de 1 a 10, situaria o desempenho sob avaliação. Em quarto lugar, obrigome a elaborar uma justificativa por escrito da posição que estou assumindo.

Item 1: Natureza de uma tese de doutorado ou dissertação de mestrado											
Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve avaliar-se a partir de sua natureza específica claramente definida											
Quesitos:											
1. Atende este trabalho ao que se define como tese de doutorado?											
2. Pode-se considerá-lo como uma tese de doutorado, de acordo com as exigências para um trabalho acadêmico deste nível?											
3. Distingue-se de uma simples monografia de especialização ou de uma simples dissertação de mestrado?											
Escala											
Quesitos	Nível atingido na escala de 1 a 10										Nota
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1											
2											
3											
Média											
Justificativa:											

Talvez deva reconhecer que este esquema de arguição torna a avaliação mais rigorosa e exigente, até mesmo minuciosa, dando a impressão de pretender-se exaustiva, em seus quase 40 quesitos. Tive esta sensação em sua aplicação, na sessão de defesa de uma doutoranda que fizera um estágio durante seu doutoramento na Inglaterra e que constatou estar submetida a um rigor no tratamento de seu texto como ainda não vira antes, em outras defesas. Naquela circunstância o efeito foi o contrário do pretendido. A doutoranda se sentiu “massacrada”. Desde aquela experiência, passei a ter cuidados complementares na aplicação desta sistemática de avaliação, como por exemplo fornecendo previamente o roteiro por escrito tanto para o doutorando como para os membros da banca. e explicando

melhor a opção metodológica e o procedimento adotado. Minha convicção é de ter ganho maior objetividade e rigor na contribuição que sou chamado a dar na avaliação de teses e dissertações. “Senti firmeza e seriedade”, disse um novel doutor, ao sair de sua defesa. Mas, sobretudo, tenho a certeza de que se fornece ao doutorando ou mestrando a oportunidade de ele mesmo ocupar o espaço ou a cena acadêmica da sessão de apresentação ou defesa, pela resposta objetiva aos quesitos escolhidos, nos itens selecionados para o exercício.

3.1. Itens e critérios de avaliação de teses e dissertações

Evidentemente não se tem qualquer intenção de apresentar ou propor uma receita ou mesmo um modelo de avaliação, até porque a objetividade e a subjetividade nesta matéria se reclamam dialeticamente. É muito provável que avaliadores não se identifiquem com o esquema utilizado, por sua própria “*démarche*” intelectual. Objetiva-se, porém, aqui a socialização de uma experiência docente de avaliação de teses e dissertações.

3.1.1. Apresentação dos itens de avaliação contextual

I - Contextualização do(s) autore(s)

Critério: Uma avaliação integral requer um conhecimento mínimo do(s) autore(s)

- a) Quais os dados ou informações referentes ao orientador do trabalho?
- b) Quais os dados ou informações referentes ao mestrando ou doutorando?
- c) Haveria alguma informação relevante sobre a história de vida do(s) autore(s) que possa esclarecer as escolhas do objeto, de seu tratamento teórico e de suas abordagens metodológicas?

II- Contextualização histórica e sócio-política

Critério: Na avaliação integral de uma tese doutoral ou dissertação de mestrado é dada atenção ao contexto histórico em que ela se elaborou e se formulou.

- a) Qual o contexto histórico da produção sob análise?
- b) Que influências se percebem do contexto social e político?
- c) Qual a importância histórica que o trabalho tem pelo nível de atualidade do tema?
- d) Qual a importância histórica que o trabalho tem pelo nível de relevância do tema, do objeto, de seu tratamento teórico e abordagem metodológica?
- e) Qual o possibilidade de aplicação dos resultados do trabalho?

III – Contextualização institucional

Critério: A avaliação de uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve levar em conta o contexto institucional em que se deu a sua produção.

- a) Qual o contexto histórico da produção sob análise?
- b) Como se manifestam as condições acadêmicas da estrutura e do funcionamento do curso e/ou do programa em que se deu a produção?
- c) Como se revelam as relações de coerência e de consistência entre a tese ou dissertação com a linha de pesquisa à qual está vinculada ou à área de concentração do curso e/ou programa?
- d) Como se verifica a relação do produto apresentado com a proposta curricular do curso e/ou programa?

IV – Contextualização das relações acadêmicas

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve ser vista como um produto de um processo coletivo na construção social do conhecimento.

- a) Em que e como se revelam as relações acadêmicas de indivíduos e grupos, docentes e de pós-graduandos?
- b) Que atores e em que papéis se identificam como contribuindo ou colaborando na formulação ou elaboração do trabalho?
- c) Como se poderiam avaliar o papel ou função do orientador no processo da produção da tese ou dissertação sob análise?

V - Contextualização do padrão em que foi produzido o trabalho

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado na sua avaliação são vistas num contexto concreto e imediato da produção do curso e/ou programa.

- a) Como se situa o trabalho em análise, comparativamente aos outros, no conjunto da produção do curso e/ou programa?
- b) Em que pontos o trabalho sob avaliação se destaca no conjunto da produção do curso e/ou programa?

3.1.2. Apresentação dos itens de avaliação textual

Assim se apresentam os dez itens de avaliação textual de teses e dissertações que temos utilizado:

I - Natureza de uma tese de doutorado ou de uma dissertação de mestrado

II- Definição do objeto

III – Definição dos objetivos

IV – Nível teórico

V - Abordagem metodológica VI - Nível de elaboração

VII – Nível de formulação

VIII - Estrutura do trabalho

IX - Fontes bibliográficas e documentais

X – Apresentação técnica

3.1.3. Conceituação prévia

Uma conceituação operacional prévia, ainda que sem maiores pretensões teóricas, faz-se necessária, após a apresentação dos itens de avaliação, até por que os termos implicados já foram referidos neste texto: critério, parâmetro, padrão e perfil.

Critério é aquela enunciação que serve de base ou de norma para uma apreciação ou julgamento, isto é para uma avaliação. Ele é a referência que assegura a objetividade ou isenção do juízo, evitando o arbítrio. Quem avalia deve ter critérios de avaliação e submeter-se a eles, ainda quando estes tenham sido formulados por si próprio. Além disto, estes critérios devem ser do conhecimento de quem é avaliado, evitando-se os “decretos secretos” e as “normas ocultas” da tradição autoritária. É preciso que se possa verificar a aplicação do critério para se ter a ratificação ou retificação da avaliação feita. Finalmente, o critério deve ser universal, isto é, deve ser aplicado igualmente a todos.

Na avaliação de uma tese doutoral, é, por exemplo, um critério implicado do item 1 que apresentamos, que o trabalho satisfaça, em sua elaboração e formulação, à definição de um texto apresentado com esta natureza e finalidade específica.

Acontece, porém, que na aplicação universal de um critério, necessário se faz a mediação de parâmetros ou seja de variáveis ou constantes às quais se atribuem determinadas características ou medidas. Assim de texto elaborado com a qualidade definida para uma tese, exigem-se também determinado volume, certa apresentação gráfica, tempo certo para a entrega, aprovação prévia do orientador, encaminhamento devido à Coordenação, apreciação do colegiado, composição oficial de uma banca etc...

Os parâmetros são fundamentais para a comparabilidade e aplicação universal e equânime dos critérios. Aliás, na minha experiência em pró-reitoria de pós-graduação, testemunhei a Justiça dar ganho de causa a um reclamante de incorreção na aplicação de normas (parâmetros) em processos de apresentação de dissertação. E se tratava de um aspecto formal de prazo.

Quando se avaliam teses e dissertações em um programa de pós-graduação, não se pode fugir também ao padrão que esta produção vem assumindo naquele contexto preciso. Uma avaliação é sempre situada no tempo e localizada no espaço. Não se pode exigir de um o que não foi exigido de tantos. O padrão das teses de doutorado em alguns países nem sempre é o mesmo. Rigorosamente, até dentro de um mesmo programa, o padrão de produção de uma linha de pesquisa, por exemplo em educação matemática, não precisa e não pode ser o mesmo de uma linha de pesquisa em história da educação. Os avaliadores precisam estar atentos a esta contextualização que diz respeito à própria cultura institucional e ao momento ou estágio evolutivo do processo de formação no qual se gerou o objeto sob avaliação.

Resulta sempre de uma avaliação uma espécie de desenho, como se fosse o gráfico de uma curva assinalando os níveis atingidos em cada item ou quesito considerado. Facilmente, os avaliadores constroem estes perfis das teses e dissertações segundo suas próprias expectativas, sem muita atenção aos padrões do contexto, como se a universalidade dos critérios se confundisse com uma universalidade de perfis e de padrões. Assim o nível de exigência poderá correr o risco de uma artificialidade.

3.1.4. Apresentação dos critérios e quesitos da avaliação textual

Em cada item de avaliação, importa formular o critério pertinente e explicitá-lo, mediante quesitos próprios.

I - Natureza do trabalho

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve avaliar-se a partir de sua natureza específica claramente definida

- a) Atende este trabalho ao que se define como tese de doutorado ou como dissertação de mestrado?
- b) Pode-se considerá-lo como uma tese de doutorado ou como uma dissertação de mestrado, de acordo com as exigências para um trabalho acadêmico deste nível?
- c) Distingue-se da produção requerida de outros níveis da pós-graduação?

II- Definição do objeto

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve explicitar claramente o seu objeto e concentrar-se sobre o mesmo.

- a) O trabalho apresenta um objeto claramente definido?
- b) O texto demonstra visão clara que o autor tem do seu objeto de pesquisa e de sua abordagem específica?
- c) Seria possível expressar em uma questão ou pergunta o objeto claro e definido da tese?
- d) No desenvolvimento do texto há uma concentração sobre o objeto ou se incide em uma desconcentração?

III – Definição dos objetivos

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve explicitar claramente seus objetivos e procurar atingi-los.

- a) Aparecem no texto os objetivos do trabalho?
- b) Por que e para que se desenvolve este trabalho?
- c) Demonstra-se a perspectiva de sua aplicação em uma área do conhecimento?

IV – Nível Teórico

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve ter um nível de elaboração e de formulação teórica de acordo com os requisitos de sua natureza.

- a) O trabalho mostra domínio teórico da produção científica já realizada sobre o seu objeto, na área de conhecimento em que se situa?
- b) Há um quadro teórico de referência elaborado ou simples revisão da bibliografia?
- c) O trabalho demonstra a construção de uma síntese pessoal como marco referencial da investigação realizada?
- d) Revela-se algum avanço sobre o tratamento anterior do objeto ou do tema?
- e) Percebe-se uma referência ou hipótese teórica geral de investigação elaborada e formulada?
- f) Haveria um conjunto de hipóteses ou indagações convenientemente tratadas?
- g) Em que pontos se sintetizaria o marco referencial teórico do trabalho?

V – Abordagem metodológica

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve ter um nível de abordagem metodológica de acordo com os requisitos de sua natureza.

- a) Demonstra-se uma clara e definida abordagem metodológica do objeto ?

- b) Conserva-se no texto uma coerência entre a abordagem metodológica e as referências teóricas empregadas?
- c) Distinguem-se a sistemática escolhida (como fazer) e a abordagem metodológica enquanto “enfrentamento” do objeto, submetido às hipóteses de seu tratamento?
- d) Destaca-se a coerência entre a referência teórica e a abordagem metodológica?

VI – Nível de elaboração

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve revelar um nível de elaboração intelectual de acordo com os requisitos de sua natureza.

- a) Como se manifestam a capacidade e a competência de análise, de crítica e de síntese no texto em questão?
- b) Há coerência interna nas idéias e consistência em sua exposição no texto?
- c) Há consistência interna na lógica da argumentação?
- d) O texto consegue demonstrar um nível de análise interpretativa ou se limita a comentários descritivos?

VII – Nível de Formulação

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve revelar um nível de formulação do texto de acordo com os requisitos de sua natureza.

- a) Como se apresenta o estilo do texto, em termos de comunicação escrita, quanto à correção, clareza, concisão, precisão de termos e conceitos?
- b) O texto apresenta repetições ou prolixidade?
- c) O texto tem fluência e é de fácil leitura?

VIII – Estrutura do Trabalho

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve apresentar-se com uma estrutura própria, de acordo com os requisitos de sua natureza.

- a) Está o texto estruturado em partes relacionadas e integradas?
- b) A estruturação do texto demonstra a sua integração coerente e consistente?
- c) O texto tem uma apresentação e uma introdução capazes de abrir o objeto e o seu tratamento ao leitor?
- d) O texto tem uma conclusão que realmente mostre os resultados a que chegou o desenvolvimento de suas partes e a perspectivas que se abriram a novos aprofundamentos?

IX – Fontes Bibliográficas e Documentais

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve revelar com precisão as fontes pesquisadas e consultadas.

- a) As fontes bibliográficas e documentais abrangem o objeto, sua problemática e sua temática?
- b) As fontes bibliográficas e documentais são adequadas?
- c) As fontes bibliográficas e documentais são de atualidade?
- d) As fontes bibliográficas e documentais são de relevância?

X – Apresentação técnica

Critério: Uma tese doutoral ou uma dissertação de mestrado deve receber uma apresentação técnica de acordo com sua natureza.

- a) Segue a apresentação do texto as normas oficiais (ABNT), em sua formação?
- b) As citações e referências estão feitas corretamente?
- c) Empregam-se convenientemente recursos e meios da comunicação gráfica?

Conclusão

Infelizmente, constata-se, facilmente que muitos de nós somos improvisados em avaliadores. Tal como somos improvisados professores pelo fato do suposto conhecimento de conteúdos de uma determinada disciplina, área ou campo, somos também improvisados avaliadores. Do mesmo modo como se estrutura o poder acadêmico de quem ensina, estrutura-se o poder avaliador de quem avalia. Nisto, muito gravemente se cria um grande autoritarismo, pois, o mais das vezes, não se avalia a avaliação nem quem a exerce, eventualmente com despreparo, não pela incompetência, desinformação ou desconhecimento de certos conteúdos, mas pela falta de domínio dos processos e métodos próprios. Daí, estamos a um passo do corporativismo dos avaliadores e do intrincado jogo de interesses que se forma pela aplicação dos resultados da avaliação de desempenho e da avaliação institucional, os efeitos perversos, nos rankings que têm base na concorrência dos atuais mercados.

A apresentação de dissertações e a defesa de teses são ocasiões e oportunidades especiais de avaliação não apenas de um produto individual de um mestrando ou doutorando, mas de todo o processo formativo, da excelência acadêmica do programa, do competente trabalho de orientação etc. Talvez por isto, as pessoas se sintam, às vezes, tão inseguras, expostas ou ameaçadas quando estão implicadas nesta prática acadêmica.

A proposta que se faz neste artigo vem com uma outra referência. Aprendi com o mestre Anísio Teixeira, em um encontro que me marcou profundamente, poucos dias antes de sua morte, que a pós-graduação não deva ser “mais uma” reprodução de dominação, mas um trabalho de construção social do conhecimento que envolve o pesquisador já amadurecido pela experiência – senior - e o pesquisador em processo de formação - junior. É por isto que não se deveria falar em aluno na pós-graduação. O mestrando e o doutorando são, como pós-graduandos, membros de uma comunidade de trabalho e formação acadêmica, com estatuto definido sem a inferioridade de um receptor diante da superioridade do “patron”. Com isto se renovaria o cenário em que se realizam as defesas de tese e apresentações de dissertação.

Na perspectiva da complexidade da avaliação, o mais importante e conclusivo é a atitude humilde do avaliador que se reconhece o maior aprendiz na análise e avaliação de teses e dissertação sob sua apreciação.

Referências Bibliográficas

BIANCHETTI, Lucídio e MACHADO, Ana Maria. A bússola do escrever. Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez. 2003.

_____. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado.** Florianópolis: Insular, 2002.

_____. **Avaliação da educação superior.** Petrópolis. Editora Vozes. 2000

_____. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. In **Avaliação.** Campinas, São Paulo, n. 1, jul. 1996

FAVERO, Osmar. Reavaliando as avaliações da CAPES. In: ANPED. **A avaliação da pós-graduação em debate.** São Paulo, 1999.

GATTI, Bernadete A. Mestrados e doutorados: questões de avaliação e políticas de ação. In: ANPED. **A avaliação da pós-graduação em debate.** São Paulo, 1999.

MADEIRA, Vicente de Paulo C. **A gestão da escola.** João Pessoa SEC / UEPB. 1995.